

A ECONOMIA DOS SETORES POPULARES EM MINAS GERAIS: PROPOSTAS ALTERNATIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Jonas de Oliveira Bertucci^{*}

Ana Cláudia Nonato da Silva Loureiro^{**}

Roberto Luís de Melo Monte-Mór^{***}

RESUMO: A crise do emprego no Brasil atinge níveis preocupantes e, contraditoriamente, cria condições para o desenvolvimento de uma nova cultura de trabalho, baseada em princípios como a solidariedade e a cooperação, que tem como fonte primária unidades familiares, em grande parte de trabalhadores rurais, mais vulneráveis a atual deterioração do trabalho que a produção capitalista impõe. A proposta desse artigo é analisar as formas de organização do trabalho e dos meios de produção que vem se desenvolvendo nos setores populares, tendo sido denominadas como Economia dos Setores Populares ou Economia Popular Solidária. Esses movimentos se articulam de dentro do capitalismo, porém com um objetivo de superação estrutural desse sistema e não apenas como uma atuação intersticial ao mesmo. Após uma introdução teórica situando a questão no âmbito da agricultura mineira, o trabalho apresenta uma análise da experiência de trabalho de um grupo de famílias do assentamento 1º de Junho, formado por trabalhadores do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de Tumiritinga, no interior de Minas Gerais. A estrutura interna da Cooperativa formada por esses trabalhadores (COOPERNOVA) se destaca: pela forma de tomada coletiva de decisões (Autogestão – o presidente não tem autonomia), incluindo núcleos de base que organizam assembleias; e pelos conselhos que atuam no planejamento da produção e na articulação social e política interna ao assentamento e desse com a comunidade e com a prefeitura do município. A cooperativa formada por esses trabalhadores é resultado desse movimento crescente de propostas alternativas de desenvolvimento e inclusão social, partindo da ação direta dentro do contexto da própria população excluída. Essa experiência, junto com várias que tem ocorrido no Brasil, demonstra que há possibilidades para a construção de uma cultura diferente de trabalho e de organização da produção que privilegie o desenvolvimento humano acima da acumulação de capital.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Popular Solidária, Agricultura Familiar, Cooperativas Agrícolas.

* Mestrando em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG – Bolsista CAPES

** Mestranda em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG – Bolsista CNPq

*** Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG

Introdução

A agricultura brasileira passou por grandes transformações nas últimas décadas, assim como de forma intensa se deu o debate e se desenvolveram os movimentos pela reforma agrária. As questões que têm sido colocadas atualmente se dão sobre três focos principais: qual a natureza da reforma agrária hoje? Que tipo de políticas podem ser executadas? Qual o papel e quais os limites dos movimentos sociais nesse contexto?

Para alguns autores, inclusive ligados à esquerda política brasileira, como Francisco Graziano e Zander Navarro, a reforma agrária necessária no Brasil já foi perdida ou não é mais viável e a nova estruturação da agricultura pede por outro tipo de reformas. Por outro lado, de fato muito pouco foi realizado pelo poder do Estado de modo a construir um modelo de política rural que possibilitasse uma melhor distribuição de renda e a redução da pobreza, da miséria e da exclusão social no campo.

Dada a falta não apenas de políticas públicas, mas de força e vontade política frente ao poder dos grandes latifundiários hoje muito identificados com a agroindústria capitalista, o movimento dos trabalhadores sem terra, mesmo que algumas vezes apontado como radical, é a organização que conseguiu mais resultados efetivos no sentido dessa transformação social.

Algumas experiências alternativas de produção, com grande potencial democratizador, têm se mostrado bem sucedidas em assentamentos de trabalhadores rurais sem terra em diversas partes do Brasil e têm demonstrado tanto um grande potencial para a promoção de inclusão social como viabilidade e eficiência econômica. O modelo de produção que tem sido implantado nesses assentamentos se identifica com os movimentos que se articulam dentro do capitalismo frente à crise do emprego (não apenas no meio rural, mas também urbano) e representam propostas alternativas para a organização de um conjunto amplo de atividades econômicas.

Formando o que hoje tem sido denominado algumas vezes como Economia Popular Solidária e outras como Economia dos Setores Populares, essas propostas se fundamentam em princípios como solidariedade e cooperação, baseadas em unidades domésticas² e incluindo trabalhadores urbanos e, no caso em questão, particularmente os rurais, mais vulneráveis à

¹ Dona Maria, Sem Terra e mãe de família, acampada no interior de Pernambuco em entrevista à revista Caros Amigos - outubro de 2000.

² Para alguns autores, como Coraggio (1994), as unidades domésticas (UDs) incluem, além de grupos familiares extensivos, associações comunitárias, cooperativas de produtores rurais, entre outros.

atual deterioração do trabalho e das condições de reprodução que a modernização da agricultura na concepção do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil impôs.

Procuramos analisar, neste artigo, algumas dessas novas formas de organização do trabalho e dos meios de produção que vem se desenvolvendo no campo. Após uma introdução teórica situando a questão no âmbito da agricultura mineira, o trabalho apresenta uma análise da experiência de trabalho de um grupo de famílias do assentamento 1º de Junho, formado por trabalhadores do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de Tumiritinga, região leste do interior de Minas Gerais. Foi feito um trabalho de campo adotando-se uma metodologia participativa, isto é, não apenas observando por fora as relações sociais e econômicas, mas procurando se inserir na realidade e do dia a dia no assentamento.

A cooperativa formada por esses trabalhadores é resultado desse movimento crescente de propostas alternativas de desenvolvimento e inclusão social, partindo da ação direta dentro do contexto da própria população excluída. Ainda existem muitos problemas e limitações, porém essa experiência, junto com várias que tem ocorrido no Brasil, demonstra que há possibilidades para a construção de uma cultura diferente de trabalho e de organização da produção que privilegie o desenvolvimento humano acima da acumulação de capital.

1. Notas Sobre a Questão Agrária no Brasil

1.1 O Desenvolvimento Agrário no Brasil nas Últimas Décadas e a Agricultura Familiar

A concepção dos modelos de desenvolvimento adotados no Brasil a partir da segunda metade do século XX foi marcada por uma visão modernizante que marginalizou a agricultura familiar dando foco à agricultura patronal ou empresarial. Esses modelos, de caráter excludente, no fundo representavam apenas os interesses políticos das classes dominantes e tiveram graves conseqüências sociais com o aumento da exploração dos trabalhadores e do meio-ambiente. Aqui se revela uma importante contradição da produção capitalista que, segundo Marx “*só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador*”.³

Desse modo, a despreocupação com a justiça social e com o equilíbrio na introdução de novas tecnologias em nada contribui para melhorar as condições de vida da população excluída e acaba apenas por concentrar renda, terras e recursos e induzir ainda mais a pobreza e a miséria. (OLIVEIRA, 2002 e CUNHA, 2002)

³ Marx (1867), cap. 5, p. 202.

Segundo Stédile (2002), na tese da CEPAL desenvolvida a partir da década de 60, a proposta de Reforma Agrária possuía um traço nitidamente capitalista. Dessa forma, essa proposta visava resolver apenas o problema da industrialização nacional por meio do desenvolvimento do mercado interno capitalista e não o problema do campo diretamente. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura faz com que, apesar de ainda representar uma importante participação na produção de alimentos, a pequena produção perca importância de forma contínua para a formação do grande complexo agroindustrial (ABRAMOVAY, 1990).

Já Caio Prado Júnior defendia a necessidade de um caráter anticapitalista da Reforma Agrária, de forma a se contrapor ao sistema dominante. É possível perceber que durante esse período ocorreram grandes debates teóricos sobre o problema da terra, nos quais a própria Igreja Católica sempre se mostrou presente. Tradicionalmente conservadora, a forma de atuação e a visão da Igreja se transformaram profundamente nas últimas décadas. Com um alicerce em sua doutrina social de que a terra é para o trabalho, acontecimentos como a criação da Comissão Pastoral da Terra em 75, que se expandiu para todo o Brasil, e a formulação de trabalhos teóricos, como o documento da CNBB “A Igreja e os Problemas da Terra”, já na década de 80, consolidaram a concepção da fé libertadora que abre espaço para a conscientização dos próprios trabalhadores, ouvindo e trabalhando junto com os principais atores do problema da Reforma Agrária. (STEDILE, 1991)

A questão agrária brasileira assim se desenvolveu como uma expressão de conflitos políticos que não pode ser pensada fora de seu contexto político e econômico, como demonstra Abramovay (1990). Após uma interrupção forçada, o debate foi retomado com a queda do governo militar.

No período entre 1985 e 1996, ocorreram mudanças institucionais intensas na economia brasileira que em muito afetaram o setor agrícola. Segundo Cunha (2002), essas mudanças podem ser destacadas: desmantelamento do aparato governamental de financiamento da agricultura com o esgotamento do modelo de crédito farto, barato e socialmente excludente; abertura externa da economia e a integração da agricultura ao mercado, políticas de cunho neoliberal, que junto com a supervalorização da moeda expuseram os produtores a forte concorrência externa e aumentaram consideravelmente as exportações agrícolas; aumento dos gastos com a Previdência Social Rural, que representa importante fonte de renda para as famílias mais pobres do meio rural; e por último e mais importante, inclusão da agricultura familiar nos programas públicos, via o surgimento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Apesar da predominância das políticas de Estado Mínimo, que dificulta a aplicação de estratégias de desenvolvimento, a questão da Reforma Agrária foi de certa maneira recolocada como política de governo com a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) em 1985. Dez anos mais tarde surgiu o PRONAF, um programa bem elaborado que prevê um trabalho de apoio à pequena produção agrícola não apenas com o benefício de terra e de crédito fácil, mas de forma integrada com recursos para capacitação profissional técnica e científica e infra-estrutura local física e social.

Em várias partes do mundo e em países capitalistas desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão e Grã-Bretanha, a agricultura familiar representou importante papel no desenvolvimento econômico e social. Ainda que de uma forma diferente da nossa, nesses países uma parte importante dos trabalhadores e membros das famílias rurais são os próprios responsáveis pelos estabelecimentos (ABRAMOVAY, 1990). Talvez mais importante que isso, a agricultura familiar se diferencia também por desenvolver no seio das classes excluídas uma forma de relação solidária, de cooperação e de preocupação ambiental, diferentemente da agricultura patronal que busca a maximização de lucros no sentido puramente econômico. É certo que nos países desenvolvidos a agricultura familiar pode se beneficiar de uma base tecnológica moderna e, como é visível no caso da Europa, de uma forte presença do Estado, ainda que sob uma perspectiva produtivista.

No Brasil, a PEA agrícola, apesar de estar perdendo importância, representava em 1995 mais de um quarto da PEA total. Em relação a 1992, houve uma queda de 1,9%, enquanto o número de pessoas ocupadas com residência rural cresceu significativamente, o que indica o aumento do emprego não-agrícola como alternativa ao desemprego na agricultura (BALSADI, 1998 e CARDOSO, 2000). É importante perceber que tais atividades são, em sua maioria, de baixa remuneração e pouca qualificação.

Frente à evolução do capitalismo na agricultura durante as últimas décadas, não apenas se alteram as condições do pequeno produtor, mas também muda a face dos grandes proprietários de terras, agora representados por grandes grupos capitalistas centralizados, em grande parte multinacionais, que atuam em diversos setores. Como resultado da concentração do capital resta como opção para os pequenos produtores produzir para a agroindústria moderna, que beneficia os produtos e agrega valor estando em grande medida voltada para a exportação. Os resultados mais recentes dos programas de governo que apóiam os pequenos produtores começam a ser estudados e analisados, mas as formas de mudança desse quadro ainda compreendem um campo muito nebuloso da economia brasileira.

Esse foi apenas um pequeno esboço do quadro colocado na agricultura brasileira nos últimos anos. Apesar de resumido, ele fornece uma idéia das dificuldades e dos desafios para se tocar uma Reforma Agrária que constitua uma alternativa econômica para o campo e que também promova justiça social. O caso que apresentaremos nesse trabalho reflete uma ação baseada em ideais para uma Reforma Agrária Socialista, que possibilite a organização da propriedade coletiva dos meios de produção. Porém, ainda é uma pequena parte de um movimento que deve ser apoiado e articulado entre diversas forças sociais conflitantes⁴.

1.2 A Agricultura Mineira no Contexto Nacional

Podemos afirmar que o início da atividade agropecuária em Minas Gerais está relacionado com o surgimento da pecuária bovina de corte no Vale do Rio São Francisco. Esta atividade surgiu antes da descoberta e expansão da produção aurífera e teve como objetivo atender, principalmente, a demanda alimentar do complexo açucareiro nordestino, possuindo características produtivas rústicas.

Com a descoberta do ouro, no início dos setecentos, a atividade agropecuária mineira teve um grande impulso, desenvolvendo a pecuária e criando condições favoráveis para o surgimento da atividade agrícola. Cabe ressaltar que tal atividade era secundária e com características produtivas de diversificação de produtos, atuando como meio de dar condições para que o complexo aurífero funcionasse. (PAULA, 1988)

Alterações profundas na produção agropecuária mineira só ocorreram de forma expressiva com a modernização agrícola brasileira, iniciada na década de sessenta. A característica mais importante do processo de modernização foi a utilização de insumos modernos e a extensão da fronteira agropecuária mineira para a região dos Cerrados, incorporando o Triângulo Mineiro, possibilitando o cultivo de novos produtos e/ou produção de outros de forma mais eficiente. Não menos importante foi o fato de que esta modernização foi direcionada a produtos destinados ao processamento industrial, levando a agricultura mineira a inserir-se no complexo agroindustrial brasileiro, provocando profundas alterações

⁴ Claramente este estudo apresenta um caráter alternativo, estando exposto a críticas e mesmo classificações como a seguinte: “...incluindo a maioria das referências acadêmicas até aqui produzidas, encontram-se os estudos norteados pelo “encantamento ingênuo”... ..derivados de análise que é antecedida de pressupostos falsos, qual seja, uma idealização do objeto de estudo... .. Seus autores são, quase sempre, membros das classes médias urbanas e tal enfeitamento pode, muitas vezes, assumir feições patéticas, inclusive inesperadas aberrações antropológicas.” (NAVARRO 2002, p. 263). De certo, este trabalho não pode ser neutro e não está totalmente livre de considerações ideológicas, porém, é importante esclarecer que o estudo (inclusive de campo) foi realizado com ciência sobre essa crítica e cuidado para se evitar o “encantamento ingênuo” e as considerações antropológicas aberrantes.

sociais, na medida em que restringiu a produção aos grandes produtores, deslocando os pequenos produtores do Cerrado (LEMOS, 1990).

A modernização da agricultura mineira, a exemplo da brasileira, não ocorreu de forma linear, isto é, atingiu, com intensidades variadas, regiões e produtos. O modelo inspirado e implementado pelo Governo Federal tinha como principal objetivo aumentar a produção de culturas dinâmicas, através da concessão de farto subsídio creditício. Nesse contexto, a prioridade para o desenvolvimento da agricultura não visou propriamente ao pequeno produtor e sua família, mas à economia como um todo. Uma consequência da adoção dessa política econômica foi a discriminação do pequeno produtor, não lhe permitindo quase nenhum acesso aos incentivos financeiros e fiscais, a exemplo do que aconteceu com os produtores detentores do capital.(CARNEIRO, 1989)

O desenvolvimento capitalista no campo foi acelerado devido ao privilégio dado às culturas dinâmicas. Com isso, a valorização e a concentração da terra, provocadas pelas políticas de crédito rural subsidiado e de investimento público em infra estrutura, relegaram a produção de alguns alimentos básicos a um segundo plano.

Assim, a estrutura fundiária e estrutura de propriedade do capital podem estar relacionadas com a diferenciação tecnológica que existe entre as culturas dinâmicas e as de alimentos básicos, dada a existência de uma divisão de trabalho entre estabelecimentos por classe de tamanho. De fato, os pequenos produtores responderam por uma parte mais que proporcional da produção de alimentos durante as duas últimas décadas.

1.3 Um Retrato do Município de Tumiritinga

O município de Tumiritinga está situado na região do Vale do Rio Doce, ao leste do estado, tendo suas fronteiras municipais com Conselheiro Pena, Galiléia, Itanhomi, Capitão Andrade e Governador Valadares. Esta região se organizou após a construção da estrada de ferro Vitória-Minas, quando as matas foram devastadas para fornecimento de carvão para a ferrovia, para as siderúrgicas que se instalaram no Alto Rio Doce e as atividades madeireiras. Aos poucos foram estabelecidas áreas de pastagens e também as culturas de café, que por sua vez foram substituídas por pastagens plantadas e algumas agriculturas de subsistência. Atualmente, a região é caracterizada pelas grandes propriedades de pecuária extensiva, tradicional e semi-extensiva.

Tumiritinga possui 532 km² e 5.825 habitantes, com renda média mensal de R\$177,24. Nos últimos trinta anos observamos um encolhimento de sua população, juntamente com uma reversão da proporção da população rural e urbana. Em 1970 o

município possuía 8.343 habitantes, onde somente 2.944 residiam em área urbana. Atualmente cerca de 40% da população tumiritinguense encontra-se na zona rural. A principal fonte de renda da cidade é a olaria de tijolos e telhas, enquanto cerca de 45% da população ocupada se encontra no setor agropecuário.⁵

O acesso à cidade se dá pela ferrovia Vitória/Minas, por duas rodovias sem pavimentação e mal conservadas e outras duas rodovias, com parte pavimentada e parte sem pavimentação, sendo que nessas últimas é necessária a utilização de uma balsa para atravessar o rio Doce, o que torna o acesso limitado.

2. A Organização da Economia Popular como Alternativa no Campo

2.1 Economia Popular, Economia Solidária e Economia Popular Solidária

A crise do trabalho, a exclusão social ou a péssima distribuição de renda, conseqüências no campo e na cidade (entre diversos aspectos sociais) do sistema econômico adotado, não são em si a motivação central para este trabalho. Essas calamidades apenas reforçam a necessidade de mudanças. Afinal, mesmo que o capitalismo, que tem demonstrado grande força durante mais de 200 anos, não apresentasse contradições internas e mesmo que ele não entre em processo de autofagia em algum momento, ainda sim, fatores que não podem ser ignorados revelam de forma evidente a necessidade de sua superação.

Assim é pelo simples fato de vivermos em uma sociedade que tem como base de toda sua reprodução material um sistema regido pela lógica da acumulação de capital, uma força que se torna autônoma e passa a controlar o desenvolvimento das forças produtivas para sua autovalorização e não para desenvolvimento do homem como sujeito consciente do processo social. A pergunta que se coloca então nesse contexto é: como será possível desenvolver as forças produtivas sociais de modo consciente e planejado e assim, como um processo voltado para a *reprodução ampliada da vida*⁶?

Dentro desse pensamento, nasceu a proposta socialista de coletivização dos meios de produção gerenciados pelo Estado, que na prática transformou-se em um sistema autoritário e antidemocrático. Diversos problemas afastaram o Socialismo Real do Socialismo idealizado por grandes pensadores e atores de transformação social que lutavam por uma sociedade mais justa. Com a ruptura daquele sistema, que lutava para se manter frente ao capitalismo

⁵ Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

⁶ Essa expressão é utilizada por José Luís Coraggio em diversos de seus trabalhos sobre Economia Popular Urbana. Ver Coraggio (1994).

dominante, a idéia de que o Socialismo apenas poderia ser um sistema utópico se tornou cada vez mais presente.

Hoje, e ainda como um processo recorrente de luta de classes, surgem, frente à crise do emprego no Brasil e em várias partes do mundo, diversos movimentos de organização social com uma característica comum: suas ações partem de uma perspectiva emancipatória dentro da própria população excluída e se articulam entre diversas camadas da sociedade, tendo apoio de organizações não governamentais e de governos comprometidos com as causas populares (apesar de não dependerem deles). Esses movimentos têm gerado novas esperanças e novas utopias que fortalecem a busca por mudanças⁷.

É importante formalizar, para melhor delineamento do foco do trabalho, a maneira como determinamos alguns conceitos. Por Economia Popular, algumas vezes definida como Economia dos Setores Populares, será considerado o que é comumente tratado como ‘as atividades das classes mais pobres’, que incluem tanto uma parte da economia capitalista (inclusive de forma concorrencial predatória) formada por trabalhadores formais e informais, como a economia familiar, organizada ou não, baseada na pequena agricultura para a subsistência, nas associações de produtores, cooperativas de trabalho, entre outros.

A Economia Solidária, apesar de surgir das camadas populares, não é meramente uma forma de combate à pobreza. Ao ser definida como uma ‘Economia’, ela pressupõe a existência de uma organização interna e externa definida que envolva todas as atividades que formam um sistema econômico, ou seja, não inclui apenas as atividades produtivas, mas também a gestão, a distribuição e o consumo, atingindo vários setores da sociedade e se estruturando entre diferentes faixas da população. Representa a busca por um “*outro projeto de sociedade, que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente*”. (BERTUCCI, 2003). A Economia Solidária hoje é formada por diversos empreendimentos em expansão no Brasil, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição. São cooperativas de produção, consumo, comercialização, crédito, etc., onde não há separação entre capital e trabalho.

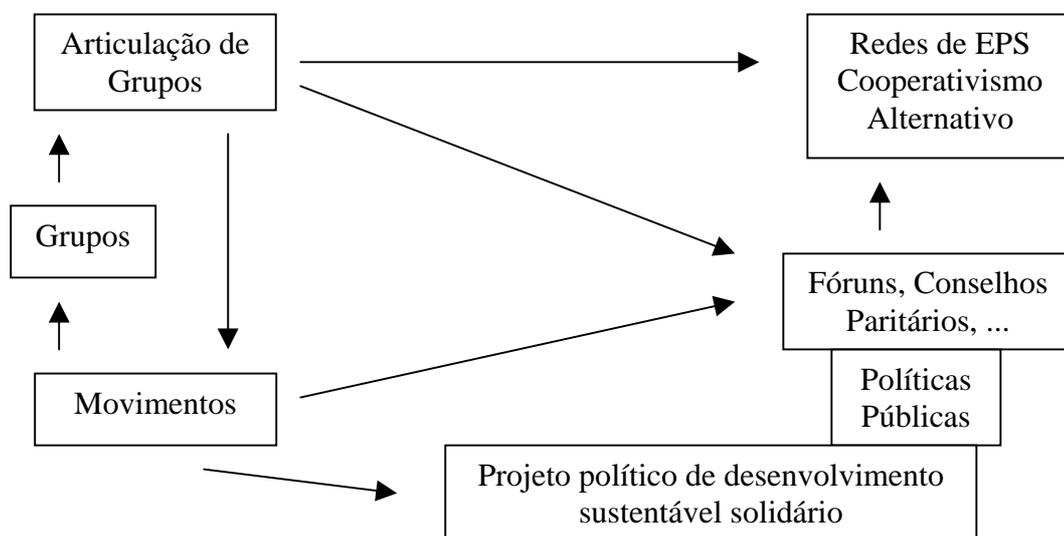
Os empreendimentos da Economia Solidária se diferenciam, desse modo, na sua forma organizacional. Seguindo os princípios de autogestão e de cooperação, o capital da empresa e os meios de produção são propriedade dos próprios trabalhadores, que gerenciam e

⁷ Alguns conceitos aqui definidos divergem em alguma medida entre alguns autores. Por exemplo, há uma extensa abordagem de Coraggio (94), entre outros trabalhos, sobre a Economia Popular como uma alternativa de organização do trabalho de forma planejada a partir das Unidades Domésticas, que se aproxima em alguns aspectos da definição de Singer da Economia Solidária mas diverge claramente em outros. A linha mestra a ser seguida nesse trabalho é baseada nos trabalhos recentes de Paul Singer.

administram o empreendimento e cada trabalhador, independentemente da quantidade de quotas que possui, tem direito a um voto. Geralmente existe uma direção eleita, porém as decisões são tomadas com transparência e democracia por meio de reuniões ou pela formação de conselhos e assembléias, respeitando o pensamento coletivo.

Finalmente, tomamos a Economia Popular Solidária (EPS) como aquela que envolve todos os empreendimentos populares que trabalham a perspectiva dos princípios da Economia Solidária. Ela passa a existir com base em uma postura crítica frente ao modelo atual excludente e como uma alternativa de sobrevivência das camadas populares. Na verdade, é originalmente desses projetos que surge a possibilidade de se pensar uma Economia Solidária para toda a Sociedade. Segundo Singer (2002a), a Economia Solidária surgiu no início do capitalismo industrial, formada por operários que sofriam as conseqüências da difusão desordenada das máquinas a vapor.

Assim, é dentro da EPS que se enquadra a agricultura familiar e a proposta da Coopenova, que envolve a participação dos movimentos sociais organizados em redes, fóruns, conselhos e outras formas cooperativas que buscam o apoio de políticas públicas. A proposta de articulação da EPS pode ser visualizada no quadro abaixo, proposto em Bertucci (2003).



Fonte: Bertucci, 2003

Para perceber as possibilidades desses empreendimentos, analisaremos na parte seguinte a questão da eficiência na autogestão, que exige uma outra forma de avaliação, mais ampla do que a análise comum economicista.

2.2 Autogestão e Eficiência

As propostas de trabalho dos agentes pioneiros⁸ no desenvolvimento e apoio a projetos de autogestão no Brasil apontam em sua totalidade, antes do conhecimento propriamente técnico, a importância da educação dos trabalhadores para a autogestão e para um projeto coletivo, característica pela qual essa forma de trabalho se diferencia e sem a qual não tem sentido. O compromisso coletivo em uma empresa se reflete em ganhos quanto à inexistência (em um nível ideal) de “risco moral” (*moral hazard*) e no desenvolvimento de um conceito oposto a esse, que poderia ser denominado como “confiança moral”. A citação a seguir, retirada de um texto coletivo da equipe da Anteag (2000), expressa bem a idéia:

“Há um forte sentimento de solidariedade e de orgulho quando esse processo começa a dar frutos nas fábricas, quando os trabalhadores, gradativamente, começam a entender a nova realidade e, em vez de dizer que está fazendo um trabalho de autogestão, diz: sou trabalhador de uma empresa autogestionada; ou ainda, quando está no processo de produção e decide ficar até mais tarde, porque as peças têm que estar prontas no dia seguinte porque seus companheiros estão mais cansados”. (grifos nossos). (p. 20)

É possível observar-se essa atitude ou essa idéia em praticamente todos os trabalhos envolvidos na Economia Popular Solidária. Gaiger (2000) define esse resultado como um “círculo virtuoso do trabalho cooperativo” onde há um “estímulo moral, além do próprio estímulo material, que redundam de uma série de atitudes positivas”. (p. 185)

Essa forma de redução do risco em um empreendimento autogestionado não diminui sua eficiência técnica, como ocorre com a utilização de mecanismos para evitar a incerteza⁹. Em relação às cooperativas de crédito, Singer (2002a) destaca (sem utilizar esse termo) a importância da “confiança moral”:

“A democracia econômica não é um luxo para a cooperativa de crédito, mas condição de seu êxito, que substitui a administração profissional especializada, de alto custo, e seu sistema dispendioso de coleta de informações. Nos bancos comerciais, é a qualidade profissional da gerência, somada a riqueza de informações coletadas sobre candidatos a créditos que deve minimizar o risco de

⁸ O primeiro empreendimento de autogestão organizado no Brasil, A Makerly, do setor calçadista em Franca, interior de São Paulo, começou a operar em 1992, apoiado pelos técnicos da futura ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária, que nasceu em 1994. ANTEAG (2000).

⁹ Como é o caso dos seguros contra o “risco moral” destacado por Arrow (1974).

fazer empréstimos a pessoas que não merecem confiança. Ora, esse sistema só se paga mediante operações de grande valor e por isso não se aplica a gente pobre. Como os membros da cooperativa se conhecem, são vizinhos e operam no mesmo ramo, o seu endosso vale mais do que pareceres técnicos baseados em um conjunto padronizado de informações”. (p. 68 e 69)

É importante destacar que essa redução de risco não se enquadra apenas em um empreendimento individual. Quando se desenvolvem redes solidárias que envolvem a produção, a comercialização, o consumo e/ou mesmo o crédito, as possibilidades de estabilidade e segurança frente a situações de crise se multiplicam. A socialização dos riscos é colocada por Singer ao destacar a formação de sistemas de cooperativas que se federam, constituindo bancos cooperativos.

“O banco cooperativo transfere o excedente às cooperativas que mais precisam dele, o que reduz o risco de todas as cooperativas e de seus membros. O princípio da socialização dos riscos é aplicado num âmbito maior, regional ou nacional”
(Singer, 2002a, p. 69)

Tudo isso pode levar a se repensar vários conceitos tradicionais como os custos de monitoramento e leniência, os custos de transação (como custos para descobrir os preços relevantes, custos para negociar e fechar contratos, e fatores não previstos), para citar alguns. Em todos esses casos a confiança é um ponto fundamental e, em uma economia baseada em valores éticos e morais, tais custos certamente seriam reduzidos.

Tendo em vista essa mudança de conceitos, é quase automática a conclusão de que a ‘eficiência’ de um empreendimento solidário não pode ser medida pelos padrões habituais exigidos no sistema capitalista. Essa mudança de perspectiva de trabalho, que se envolve em todos os aspectos da vida, não pode ser reduzida a uma questão meramente quantitativa, simplesmente em termos de ‘aumento da produtividade marginal’, apesar de não desconsiderá-la.

O quadro abaixo, proposto por Gaiger (2000, p. 184), resume os principais pontos indicados até aqui, tanto em relação aos ganhos de eficiência, quanto à distribuição dos rendimentos e à melhoria da qualidade de vida que se supõem - não apenas por hipótese, mas pela experiência concreta -, que a Economia Solidária pode oferecer.

A força do trabalho cooperativo

- ⇒ Estímulo moral, além de material;
- ⇒ Co-responsabilidade com metas, diretrizes e formulação de propostas;
- ⇒ Identificação e correção, por todos, dos fatores de ineficiência;
- ⇒ Troca e aprendizado mútuo de saberes e habilidades;
- ⇒ Incentivo à iniciativa e à criatividade;
- ⇒ Flexibilidade de ritmo e de função;
- ⇒ Fator de promoção da justiça e da equidade;
- ⇒ Autonomia, dignidade e humanização;
- ⇒ Redução dos conflitos laborais e sociais.

Fonte: Gaiger (2000, p. 189).

Utilizando a terminologia de Sen (1999), as mudanças se dão em termos do fortalecimento das *capacidades individuais*, o que abre espaço para o avanço de políticas ou mesmo para uma melhor mensuração da atividade social com base em fatores mais amplos que o nível de renda – pelo nível de capacitações ou pelas várias formas de ampliação da liberdade individual. Nessa perspectiva é notável a transformação na vida das pessoas nos assentamentos rurais onde foi implantado o modelo da Coopernova. A Economia Popular Solidária, acredita-se, promove essa transformação em meio à ação participativa e comprometida com a coletividade.¹⁰

2.3 O MST e as Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Após a apresentação da situação agrária e da definição teórica sobre a EPS, é importante entender o papel dos movimentos sociais rurais, que surgem como resistência ao modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Segundo Grzybowski (1994), “*a resistência dos trabalhadores rurais mostrou para a sociedade como um todo o caráter ao mesmo tempo antidemocrático e antiecológico de tal desenvolvimento*” (p. 290). Para esse autor, os movimentos sociais rurais passaram por uma crise na década de 80 que representou uma falta de projetos políticos. Na verdade, um esgotamento das formas de movimentos anteriores para novas formas de integração que emergiam – “*novas formas econômicas e técnicas e novas formas políticas, de organização e participação democráticas*” (p. 291). Dentro dessas novas formas, podemos visualizar com clareza a Economia Popular Solidária.

Assim, ao se pensar o desenvolvimento dos movimentos sociais no campo é importante destacar alguns aspectos do MST para se entender melhor como este surgiu como

¹⁰ Vale atentar-se para o fato de que essa interpretação não necessariamente reflete a visão de Sen.

consequência de problemas políticos graves e para se compreender seu potencial democratizador. Dessa forma, destaca-se também o desenvolvimento de sua organização interna e do crescimento de suas propostas de trabalho como alternativas concretas.

O surgimento do MST se deu na década de 80 junto com a gradual retomada da luta pela terra após a abertura do regime militar. No início, os primeiros problemas ocorreram quando vários trabalhadores foram obrigados a entregar a terra que receberam, pois a agricultura de subsistência individual nas pequenas propriedades familiares não era capaz de melhorar o padrão de vida dos camponeses. (SINGER, 2002b)

Assim, o movimento começou a desenvolver formas de planejamento para organizar os assentados. Em 1986, foi feito o I Encontro Nacional de Assentados, onde houve participação de 11 estados. Em 1988, foi criado um Manual de Cooperação Agrícola do MST e em 1989 foram desenvolvidos Laboratórios Organizacionais para organizar a produção para a formação de cooperativas de produção autogestionárias. Então, em 1989 criaram-se as primeiras CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária).

“As CPAs unificam os lotes de terra dos membros e trabalham o conjunto deles de acordo com um plano de produção. Sendo esta coletiva, a repartição do produto em natura e em dinheiro tinha de se orientar pela contribuição de cada um, avaliada de alguma maneira. Passou-se assim dum modelo bastante individualista, em que o pequeno agricultor tem toda a autonomia e se expõe a todos os riscos, para um modelo totalmente coletivista, em que cada cooperador participa num trabalho socializado, de acordo com uma divisão de trabalho previamente planejada.” (SINGER, 2002b)

Percebe-se como a discussão evoluiu a favor do cooperativismo, e segundo Singer, essa forma de organização no campo se deu pelos moldes do que é considerado hoje a Economia Solidária. Porém, o modelo das CPAs, isto é, a primeira tentativa de implantação da Economia Solidária no campo, começa a fracassar, pois os trabalhadores agrícolas, ainda com a visão tradicional do campo brasileiro, preferem trabalhar individualmente, mesmo expostos a maiores riscos.

Ao invés de forçar a implantação das CPAs o movimento decide formar cooperativas de comercialização (que permitem organizar compras e vendas em comum) como alternativa, preservando a liberdade de escolha dos assentados, mas ainda com a perspectiva de mostrar aos assentados que *“a cooperação vale a pena e oferece menos riscos que a atividade individual isolada”* (SINGER, 2002b). Procurando evitar que o assentamento se divida entre

os que são associados de CPAs ou CPSs (Cooperativas de Prestação de Serviços) e os que trabalham isoladamente em seus lotes, foi criado, em 1991/92 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), com o objetivo de incluir todos os assentados, inclusive os individuais. O SCA foi formado em cada assentamento por Cooperativas e Associações e se articulou a nível estadual por Cooperativas Centrais de Reforma Agrária e em nível nacional pela criação da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.), em 1992.

Alguns autores destacam a importância do movimento para a formação de sujeitos políticos e para o desenvolvimento das forças populares antes mesmo da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas. Fabrini (2002) afirma que

“os assentados vão construindo formas de participação que não passam necessariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas como condição para construção de sujeitos políticos. Uma construção que ocorre mais pelo desenvolvimento de forças sociais e populares do que pelo desenvolvimento das forças produtivas” (p. 75).

Apesar dessa consciência, há uma constante preocupação com a implementação de melhores técnicas produtivas, inclusive para o desenvolvimento sustentável, que estejam ligadas a um equilíbrio social, político e ambiental. Em todos esses anos o movimento já formou centenas de técnicos em cooperativismo em seus cursos. Há um constante empenho do MST em desenvolver uma agricultura moderna nos assentamentos que conquistou. Esta meta pode ser atingida por ações planejadas como a compra em comum de equipamentos caros, o que permite a mecanização e o desenvolvimento de agro-indústrias de forma a favorecer a todos, porém isso exigirá um alto grau de cooperação e participação dos agricultores. (SINGER, 2002b)

3. A Experiência do Assentamento 1º de Junho

3.1 O Contexto de Formação da COOPERNOVA

O MST em Minas Gerais nasceu em 1986 na região do vale do Mucuri, sendo o assentamento Aruega, localizado na divisa dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, o primeiro do estado. A partir daí o movimento expandiu-se para todo o estado envolvendo, em 1996, segundo o 1º Censo da Reforma Agrária, 44 projetos de assentamentos e 2793 famílias (CÁRITAS, 2002).

Em 1993, 45 famílias do Projeto de Assentamento Aruega, juntaram-se com outras 70 famílias do município de Tumiritinga, no vale do Rio Doce na ocupação da fazenda Califórnia, no mesmo município. O terreno, de mais de 3.000 hectares, era utilizado apenas para pastagem de poucas cabeças de gado e já estava em processo de desapropriação. Em meio a um longo confronto político e a grande tensão com os fazendeiros da região, os trabalhadores receberam apoio do governo e da justiça. Em 1994, foi dada ordem de posse e apenas em 1996 o terreno ocupado foi desapropriado oficialmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com maior experiência no trabalho coletivo para organização do assentamento, ainda em termos de mutirão, as famílias remanescentes da ocupação de Aruega lideraram o grupo, hoje dividido em três assentamentos: 1º de junho, com 83 famílias e outros dois em Governador Valadares, com 55 e 58 famílias.

As políticas de reforma agrária prevêm, junto com a concessão da terra, um apoio de fundos de crédito complementar. Na época o programa era o PROCERA (Programa de Crédito Rural para a Reforma Agrária), que se converteu no atual PRONAF – como apresentado anteriormente.

No momento da concessão da propriedade é apresentada a proposta do MST de trabalho coletivo, conforme os critérios do movimento. Após um trabalho de assessoria por membros de outras cooperativas, visitas a cooperativas da CONCRAB no Rio Grande do Sul por uma parte do grupo e um curso de formação, parte das famílias (39) do assentamento 1º de Junho aderiu à proposta de formação de uma cooperativa (COOPERNOVA – Cooperativa de Produção Novo Horizonte), que foi legalizada em 1997. A terra, assim como o crédito concedido, (que normalmente seriam divididos em unidades individuais) foram agregados à Cooperativa. Entre homens, mulheres e adolescentes, somou-se um total de 63 sócios. A idéia de seus fundadores era possibilitar a organização daqueles que queriam trabalhar coletivamente em um ambiente de cooperação e auto-sustentação.

3.2 Organização Interna

A cooperativa possui um regimento que define as normas de trabalho e de divisão política e administrativa, entre outras questões legais sobre a divisão do capital da cooperativa e os direitos dos membros. Está estabelecida no regimento a existência de dois tipos de conselhos: um Conselho Social e Político e um Conselho Diretor.

O Conselho Social e Político trata das questões como saúde, esporte, cultura e lazer, etc. dentro do assentamento, além de articular a relação com os assentados individuais, com a comunidade do município e com a prefeitura. Promove também festas, jogos de futebol e

eventos culturais. Na prática, os membros desse conselho não têm se reunido, porém durante os períodos de pesquisa de campo e convivência no assentamento foi possível perceber a ampla atuação política do grupo como um todo, muito além do âmbito da cooperativa. Seu engajamento e sua consciência política desenvolvida durante anos de lutas por seus direitos é algo que não é visto em toda parte e que poderia ser tomado como exemplo para muitos.

No início do assentamento havia um grande receio e um enorme preconceito da comunidade, da prefeitura e de grupos de fazendeiros, alguns pertencentes à maçonaria, em relação aos Sem-Terra, tidos como “arruaceiros”, “vagabundos” ou “ladrões de terra”. Apesar das dificuldades iniciais, atualmente o grupo do Assentamento 1º de Junho é extremamente respeitado em quase toda a região. Seu Roberto descreve a mudança:

No primeiro ano que chegamos, nem para fazer compras éramos aceitos na cidade... aos poucos, mostrando o trabalho... indo de casa em casa, comprando uma coisa aqui e vendendo outra ali... conseguimos um vínculo com a comunidade... os comerciantes começaram a notificar que aquilo que era falado de nós não era... companheiros que não tinham dinheiro para comprar uma bala doce agora têm crédito com o seu Zé Paulo, dono de um dos maiores mercados da região... alguns têm dívidas de 2 mil reais... hoje, todos os Sem-Terra que precisam, têm acesso...

A maior parte dos assentados é filiada ao MST, ao Partido dos Trabalhadores ou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além do respeito e da valorização de seu trabalho o grupo conquistou luz e água para todo o assentamento. Há uma escola estadual (1ª a 5ª série), com uma parte de professoras do assentamento, que atende a todas as crianças, além de oferecer ensino para adultos.

O segundo conselho, Conselho Diretor, trata da administração da produção, dividida em 4 setores (Lavoura, Cultura Permanente, Criação e Horta). Esse conselho executa as atividades de registro de horas trabalhadas, assuntos de contabilidade, compra e venda, entre outros afins, e se reúne semanalmente.

As decisões principais no assentamento são tomadas em Assembléias gerais mensais que envolvem todos os membros da cooperativa após reuniões dentro dos Núcleos de Base. Cada cooperado faz parte de um Núcleo, que possui um coordenador (ou como satiriza Tião Preto, um ‘fuxiqueiro’), que passa por todos os lados levando os principais temas de discussão para serem discutidos em cada núcleo antes da assembléia geral. Há uma direção com um

presidente e um secretário, porém o presidente não tem autonomia de decisão frente aos núcleos de base e as decisões em assembléias.

A remuneração do trabalho é medida pela hora-trabalhada.¹¹ Os sócios homens têm que cumprir 8 horas diárias de trabalho, enquanto as mulheres e jovens que estudam podem escolher entre 8 ou 4 horas para poderem cuidar da casa e dos filhos ou estudar.¹² Os membros da família, se não sócios, podem oferecer “horas de trabalho” para a cooperativa. No final do mês é feito um balanço da receita, que é dividida proporcionalmente de acordo com as horas de trabalho de cada um. Também pela proporção de horas de trabalho é dividida uma cota de leite, frango, cachaça entre diversos produtos e alimentos que podem ser retirados diariamente ou semanalmente por cada sócio. As proporções entre cobertura de custos, investimentos, retiradas e remuneração variam para cada setor. Quando há algum problema de saúde na família ou outro problema do tipo, um cooperado pode ser liberado (mantendo sua remuneração) para acompanhar o enfermo. Da mesma forma, cooperados podem ser liberados para participar de cursos ou eventos políticos.

3.3 Situação Atual e Perspectivas

Há um forte sentimento de solidariedade e confiança que une os trabalhadores. Essa sensibilidade extrapola os limites dos membros da cooperativa. Há bastante respeito pelos trabalhadores que decidiram trabalhar individualmente, sendo que estes estão sempre sendo beneficiados pelas conquistas coletivas e pela transmissão de conhecimentos, assim como todo o município, com o fortalecimento da economia local e a geração de novos produtos.

Além da quota em alimentos, a renda média mensal por família gira em torno de um salário mínimo.¹³ O valor pode parecer pequeno, mas deve-se levar em consideração a mudança no padrão de vida: passou-se de uma situação de uma vida clandestina em barraco de lona para, em dez anos, uma situação nova com casa própria, com água e luz, alimentação suficiente para subsistência, educação para os jovens, saúde e trabalho digno. Tudo isso, por

¹¹ Apesar do trabalho no campo ser considerado homogêneo, isto é, não há muita diferença de qualificação entre os trabalhadores, este não é o critério para se ter escolhido essa forma de remuneração. Essa é uma questão muito controversa, que bate de frente com os maiores paradigmas da sociedade atual. Para Singer (2002 a) a retirada desigual em cooperativas e empresas autogetionárias nada mais é do que um costume com a hierarquia profissional aceita na sociedade capitalista, onde o que determina a remuneração do trabalho é o ajuste entre a oferta e a demanda por esta força de trabalho.

¹² O trabalho doméstico é respeitado como qualquer outro trabalho e há consciência sobre a questão de gênero. Porém, apesar de muitos dos homens ajudarem no trabalho doméstico, este ainda é predominantemente executado pelas mulheres.

¹³ Esse cálculo não foi contabilizado e varia muito para cada família, de acordo com o número de sócios.

meio da ação de um grupo de famílias onde mais de 90% dos indivíduos tem o primeiro grau incompleto ou é completamente analfabeto.

Atualmente, todas as crianças e a maioria dos jovens freqüentam escola. Há uma preocupação para que os jovens possam sair por algum tempo, estudar e se formar, para depois voltar e contribuir com seu trabalho para o assentamento. Alguns jovens do assentamento (das famílias da cooperativa e dos individuais) estão hoje no Rio Grande do Sul, em Portugal ou em Cuba, participando de um programa de formação e trabalho financiado pelo MST. A participação dos jovens ainda é pequena, mas espera-se que no futuro estes possam continuar o trabalho e desenvolver essas novas formas de integração no campo e na cidade. Esse ano serão desenvolvidas oficinas para discutir os problemas sobre a permanência dos jovens, a melhoria na renda e o incentivo a permanência das famílias.

A receita da cooperativa tem como pilar o gado leiteiro e de corte (são cerca de 500 cabeças de gado¹⁴ e até 300 litros de leite por dia), a produção de cachaça (que em 2003 atingiu cerca de 300 mil litros), o frango de corte (que recebe um lote de 3 mil frangos a cada 45 dias) e as galinhas poedeiras (com cerca de 175 ovos por dia). A produção está inserida no comércio local e tem boa aceitação. O leite é vendido para uma pequena indústria de beneficiamento e para a própria comunidade e a cachaça, o frango e os ovos são vendidos no comércio local. Há ainda uma horta ampla, atividades de suinocultura e apicultura, e plantações de milho, feijão, arroz e mandioca.

É interessante analisar o caso específico do frango. Apesar de ter um preço final mais elevado do que o frango de marcas conhecidas como Sadia e Perdigão (enquanto o quilo do frango da cooperativa é vendido por 3,50 ou outros giram em torno de 2,80), o frango da cooperativa é mais bem aceito na cidade por ser resfriado e não congelado, apresentando melhor sabor e mais frescor. Pelo fato do frango ser vendido de porta em porta, há uma relação face-a-face com os consumidores, o que fortalece a confiança e proporciona a venda de outros produtos da cooperativa. Entretanto, a atividade de avicultura é uma das mais precárias, visto que a atividade começou com a visita de um técnico que forneceu informações iniciais, mas nenhum dos cooperados jamais fez um curso de criação de frango e praticamente não há mecanização.

Contudo, a produção da cooperativa ainda não consegue atender à subsistência de todas as famílias de modo adequado. Devido à falta de capacitação técnica, à existência de

¹⁴ O gado funciona como a grande poupança da cooperativa e a região oferece bastante liquidez para sua comercialização. Alguns assentados afirmam que “apenas com as cabeças de gado é possível quitar todas as dívidas e ainda sobra todo o patrimônio da cooperativa... ..o gado é dinheiro vivo”.

áreas com terras impróprias e aos problemas de convívio com o clima e com pragas, a produção tem sido prejudicada. Há necessidade de um amplo melhoramento técnico, que pode se mostrar eficiente em termos de redução de custos, agregação de valor e ampliação do mercado. A Cáritas Brasileira¹⁵ está apoiando um projeto para a implantação de uma pequena indústria para beneficiamento do leite na própria cooperativa e um projeto de melhoramento da avicultura.

Há a expectativa de se legalizar a comercialização da cachaça para atingir um mercado mais amplo. Segundo técnico da Universidade Federal de Viçosa, a cachaça tem qualidade para ser vendida ao mesmo nível de cachaças de até R\$ 10,00 (preço final). A maior dificuldade é o custo de industrialização (engarrafamento e selo), taxas e impostos.

As possibilidades de investimentos e modernização são pensadas dentro de uma perspectiva de respeito ao meio ambiente. O MST desenvolve uma marca (Bionatur) para a criação de sementes orgânicas dentro da visão de defesa do lema: “sementes, patrimônio da humanidade”. Expandem-se os conhecimentos sobre agroecologia, produtos limpos e orgânicos e evita-se ao máximo o uso de venenos na terra e nos animais. As vacinas para os frangos foram substituídas por extratos naturais, grande parte dos problemas como carrapatos nos bovinos são tratados por meio de homeopatia. Há uma consciência para a convivência com a natureza e os seres da natureza.

Pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa desenvolveram um estudo para recuperação do solo contra erva-daninhas que estavam causando a morte de várias cabeças de gado (Ver Coelho, 2002). Antes dos pesquisadores de Viçosa, alguns técnicos já haviam aconselhado aos assentados a abandonar a terra. Um tratamento à base de homeopatia foi feito e o problema foi bastante amenizado. Este ano será executado um Plano de Manejo Agroecológico com o apoio de um engenheiro agrônomo contratado pela Cáritas, para a adaptação de alguns setores, dentro das possibilidades e da conscientização dos assentados para a proposta, para a produção orgânica.

O primeiro objetivo na formação da cooperativa era garantir a subsistência e melhorar continuamente a qualidade de vida das famílias. Para esse fim é pensada a organização da produção que hoje, além de garantir a maior parte da alimentação das famílias, gera renda e oportunidades concretas de modo íntegro para homens e mulheres, jovens e adultos.

¹⁵ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -, foi criada em 12 de novembro de 1956. O Regional Minas Gerais foi criado em 1989, com o objetivo de articular o trabalho das entidades-membro filiadas à Cáritas Brasileira no Estado (Ver <http://www.caritasbrasileira.org>).

Conclusão

A construção da cidadania e o desenvolvimento de trabalhadores, antes excluídos, como novos sujeitos políticos coletivos, com real poder de contestação e influência nas forças sociais, “*minam por dentro antigos pilares do autoritarismo no Brasil*” (GRZYBOWSKI, 94, p. 293). A emergência desses novos movimentos, que podem significar a definição de novos rumos para a questão agrária brasileira, não deve ser ignorada.

A Economia Popular Solidária e as diversas experiências semelhantes à estudada nesse trabalho têm se multiplicado no campo e na cidade e em diversas partes do país e do mundo, protagonizadas pelos próprios trabalhadores. Grzybowski conclui, analisando de forma geral:

“... os trabalhadores rurais que participaram dos movimentos até aqui já operaram mudanças de particular importância para eles mesmos. Trata-se de uma mudança político-cultural que resgatou a dignidade de muitos, apesar da pobreza a que foram relegados”. (GRZYBOWSKI, 1994, p. 293)

A questão agrária ainda permanece como um campo com grandes dificuldades para se executar políticas públicas. O apoio a esses movimentos bate de frente com interesses políticos, com o poder ainda grande das classes rurais dominantes e com a mídia, que influencia toda a sociedade. É preciso continuar o trabalho, absorver e responder às críticas de forma construtiva, demonstrando para toda a sociedade a intenção desse trabalho: igualdade e melhoria da qualidade de vida por meio da construção de uma sociedade mais solidária.

Quaisquer questionamentos sobre a eficiência produtiva desses projetos – e não são poucos - são respondidos diretamente pela frase da assentada destacada no início do trabalho. De fato, as críticas comuns não apresentam propostas alternativas para estes trabalhadores abandonados pelo sistema e pela maior parte da sociedade. Por isso, vale mais a pena acreditar em um projeto tido como impossível, que lute para romper os paradigmas mais incrustados na sociedade, do que esperar sentado.

Um projeto alternativo de reforma agrária, para além da ênfase na renda monetária, que não reflete todo o contexto socioeconômico de uma região, pode ser executado com base na EPS, proporcionando ganhos advindos das relações coletivas solidárias que atuam diretamente sobre a qualidade de vida da população. Porém, significará uma grande mudança na forma de atuação do governo e na escolha pelo enfrentamento dessas grandes forças.

A experiência aqui apresentada tem se mostrado exitosa e viável, gerando uma grande expectativa para se tornar um modelo a ser apoiado e adotado em outras partes do país. A questão amplia-se quando se transfere a perspectiva de eficiência de curto prazo, mais comum na economia, para a eficácia de longo prazo, para um desenvolvimento sustentável e equilibrado. Pelo lado micro, cada unidade de produção pode se desenvolver, melhorando as técnicas produtivas e atingir certa eficiência prática de produção. E pela visão macro, a soma dessas unidades, articulada em outros moldes entre os diversos atores sociais pode, se tomada como foco de políticas públicas, resultar em uma significativa transformação na sociedade.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. (1991) *Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo*. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão Agrária Hoje*. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

ANTEAG. (2000) *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo.

ARROW, K. (1974) *The limits of organization*. New York: W. W. Norton & Co.

BALSADI, O. Valentim. *Emprego agrícola no Brasil e no Estado de São Paulo nos anos 90*. In: <http://www.ufba.br/instituicoes/ufba/faculdades/fce/ops/ops7/artigo1.html>.

BERTUCCI, Ademar de Andrade e ALVES, Roberto Marinho (Orgs.). *20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília, DF: Gráfica Terra, 2003.

CÁRITAS (2002). *Projeto Social: Mapeamento da Produção das Cooperativas do MST do Estado de Minas Gerais e Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento 1º de Junho na Região do Vale do Rio Doce*. Belo Horizonte. Regional MG.

CARNEIRO, J.M. *A agricultura mineira e a extensão rural: Problemas e perspectivas*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1989. p.. 48-83 (Dissertação, Mestrado em Economia).

CAROS AMIGOS Especial. Número 6, outubro de 2000.

COELHO, France. M. Gontijo; CASALI, Vicente W. Dias; FREITAS, Helder R.; CUPERTINO, Maria do Carmo; FIGUEIRA, Maíra L.; NOBRE, Patrícia M. *Ambiente*,

homeopatia e metodologias participativas. In: Anais do I Encontro ANPPAS. São Paulo, 2002.

CORAGGIO, J. Luis. *Economia Urbana: La Perspectiva Popular*. Quito: Fronesis, 1994.

CUNHA, Altivo R. A. de Almeida. *Mudanças Institucionais e Armadilhas Metodológicas: Uma Análise Comparativa dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96 Para o Estado de Minas Gerais*. In: Anais do X Seminário Sobre a Economia Mineira. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2002.

FABRINI, João Edmilson. *O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato*. Terra Livre, São Paulo. Ano 18, n. 19 p. 75-94 jul./dez. 2002

GAIGER, Luis I. *Sentido e Possibilidades da Economia Solidária Hoje*, In: KRAYCHETE, G. e COSTA, B. (org.) *Economia dos Setores populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Vozes, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas*. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão Agrária Hoje*. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

KRAYCHETE, G. e COSTA, B. (org.) *Economia dos Setores populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Vozes, 2000.

LEMOS, M. B. *Capitalismo e Agricultura Tradicional no Cerrado Mineiro*. In: NABUCO, M. R. *Contradições do desenvolvimento agrícola em Minas Gerais: uma perspectiva regional*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990. p. 79-95. (Ensaio Econômico/CEDEPLAR, 4).

MARX, K. (1867) *O Capital*. Livro I. Trad. Port., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

NAVARRO, Zander. *O Brasil precisa da reforma agrária? Muito Mais*, São Paulo, jan. 2002. 6p.

_____. *O MST e a canonização da ação coletiva (comentário ao artigo de Horácio Martins de Carvalho)*. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. pp.261-282.

OLIVEIRA, E. Rodrigues e RIBEIRO, E. Magalhães. *Indústria Rural, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local: o Caso da Produção de Cachaça Artesanal em Salinas – Minas*

Gerais. In: Anais do X Seminário Sobre a Economia Mineira. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2002.

ORTEGA, A.C, H.D. Neder & A.Cardoso. *A dinâmica das ocupações rurais não-agrícolas no Estado de Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990*, in Clayton Campanhola & José Graziano da Silva (orgs), *O Novo Rural Brasileiro; Uma análise estadual – Sudeste*, Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000.

PAULA, J. A. de. *Prometeu no sertão: economia e sociedade da capitania de Minas dos Matos Gerais*. São Paulo: USP, 1988. v. 1. 387p. (Tese, Doutorado em História).

SEN, A. (1999) *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. (2002a) *Introdução à Economia Solidária*. Fundação Abramo.

_____. (2002b) *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (2002).

STÉDILE, João Pedro. *A questão Agrária e o Socialismo*. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão Agrária Hoje*. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2002.